



7ª Marcha das Centrais Sindicais e dos Movimentos Sociais

***(Pelo desenvolvimento com soberania,
democracia e valorização do trabalho)***

Nós, trabalhadores e trabalhadoras, sempre denunciemos os vários problemas sociais e econômicos resultantes da implementação das políticas neoliberais: a desestruturação econômica; a fragilização do poder do Estado; a exclusão social e a desregulamentação do mercado de trabalho, com milhões de famílias vítimas do desemprego; o acirramento da competição em todos os níveis, inclusive entre países, regiões e governos; a desvalorização do papel do empreendedor produtivo em prol da especulação financeira; a instabilidade e a precarização das relações de trabalho, marcada pela crescente informalidade, pelos baixos salários e por restrições à ação sindical; o descaso com o desenvolvimento ambientalmente sustentável, entre outros.

Estas questões foram e são objeto das demandas dos trabalhadores presentes na *Agenda da Classe Trabalhadora para um Projeto Nacional de Desenvolvimento com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho*, fruto da construção unitária das Centrais, que culminou com a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora/Assembleia Nacional, realizada em junho de 2010, e a posterior entrega do documento à presidência da República e aos candidatos à presidência.

O Brasil vive um momento promissor, de mudanças. Os avanços registrados nos indicadores sociais e econômicos dos últimos anos revelam que é possível combinar crescimento econômico com desenvolvimento social. Contudo, permanecem ainda muitos problemas a enfrentar e uma enorme dívida social a ser superada. No âmbito do mercado de trabalho, destacamos os baixos salários, a informalidade, a rotatividade da mão de obra e as discriminações, a falta da necessária regulamentação da **Terceirização** para evitar a precarização da mão de obra, além da participação reduzida dos salários na renda nacional, que deve ser aumentada.

É essencial a consolidação da unidade da classe trabalhadora na luta política nacional. As Centrais Sindicais desempenham um grande papel neste sentido e a unidade de ação que construímos, calcada na mobilização dos trabalhadores e das entidades sindicais, nas Marchas da Classe Trabalhadora realizadas em Brasília, foi responsável por conquistas relevantes para o processo de mudança que almejamos.

Neste sentido, reafirmamos os resultados das ações desenvolvidas no último período, tais como: o veto presidencial à Emenda 3, a correção da tabela do imposto de renda, a criação do empréstimo consignado a juros mais baixos, a ampliação dos investimentos na

agricultura familiar, a conquista do Piso Nacional da Educação, o aumento real para os aposentados e pensionistas e as alterações na cobrança de Imposto de Renda sobre a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas. Destacamos ainda a política de valorização do salário mínimo, que favoreceu diretamente mais de 40 milhões de brasileiros, distribuindo renda, diminuindo as desigualdades, com impactos positivos no conjunto da economia e no consumo popular e a redução da taxa básica de juros.

A classe trabalhadora une ainda mais forças para lutar por um projeto nacional de desenvolvimento, orientado por três valores fundamentais: a democracia, a soberania do país e a valorização do trabalho. Lutamos para que a unidade de ação sindical repercuta no âmbito político e governamental, em que os trabalhadores, com sua agenda, tenham voz e vez.

Caminhar nessa direção requer uma política macroeconômica que tenha como pressuposto o crescimento sustentado a um ritmo compatível com as potencialidades e necessidades do país, o pleno emprego e a distribuição mais justa da riqueza e da renda produzida pelo trabalho.

Lutamos por um sistema de promoção e proteção social associado ao trabalho que tenha na organização sindical um agente estratégico. Lutamos para fortalecer a presença e a representação das organizações sindicais no local de trabalho, para possibilitar a negociação coletiva no setor privado e público, garantir o direito de greve e a solução ágil dos conflitos, questões fundamentais à conquista de um sistema democrático de relações do trabalho. Lutamos para que 8 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos tenham reconhecimento e valorização do seu trabalho e condições de igualdade de oportunidades.

É neste contexto de unidade de ação, e antecedendo o Dia Internacional da Mulher, que as Centrais Sindicais reapresentam, ao Governo e a toda a sociedade brasileira, o conjunto de propostas contidas na Agenda da Classe Trabalhadora. Propostas que reafirmam nosso desejo de que o país trilhe o caminho do desenvolvimento. Propostas que garantam ao Estado brasileiro ampliar seu papel de indutor e promotor do desenvolvimento por meio da efetivação de reformas estruturais. Como parte destes objetivos, consideramos de fundamental importância a implementação das propostas que deram origem ao ato conjunto das Centrais Sindicais, a saber:

- **Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário;**
- **Fim do Fator Previdenciário;**
- **10% do PIB para a Educação;**
- **10% do Orçamento da União para a Saúde;**
- **Reforma Agrária - Assentamento de 200 mil famílias;**
- **Regulamentação da Convenção 151 da OIT (Negociação Coletiva no Setor Público)**
- **Ratificação da Convenção 158 da OIT (Fim da Dispensa Imotivada);**
- **Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres**
- **Política voltada à valorização dos trabalhadores aposentados e pensionistas**

- Implementação de políticas monetária e fiscal adequadas ao desenvolvimento econômico com valorização do trabalho e distribuição de renda
- Ampliação do investimento público
- Correção da tabela do Imposto de Renda (IRPF)

Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Força Sindical- FS

Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST

União Geral dos Trabalhadores – UGT

